



## ATA DA PLENÁRIA CEDCA/SC – JULHO 2018

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43

Aos dezenove dias do mês de julho de dois mil e dezoito, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Catarina (CEDCA/SC) reuniu-se em Assembleia Ordinária, no Auditório da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST, às 13h, com a presença dos seguintes Conselheiros: Governamentais: Secretaria de Estado da Casa Civil – SCC: Danyelle Cristina Schemes, Secretaria de Estado da Educação – SED: Viviane Silva da Rosa, Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SJC: Jaicenir Gonçalves de Araújo, Secretaria de Estado da Saúde – SES: Maria Aparecida Pires, Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP: Luciana Helena dos Santos (Polícia Militar) e Antonio Brito (Polícia Civil), Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte – SOL: Karina Paladino; Não Governamentais: Associação Espaço Alternativo – AEA: Michele Fortunato Hipólito, Bairro da Juventude dos Padres Rogacionistas: Jaime Rodolfo Navarro Soto, Centro de Direitos Humanos e Cidadania – CDHC: Maria Odete da Costa, Comunidade Terapêutica Casa da Restauração – CTCR: Heuder dos Santos de Souza, Fórum Catarinense Pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infantojuvenil – FCPFVESIJ: Rosely Steil, Organização Casa dos Sonhos – OCS: Mariana dos Santos Luiz e Organização Mundial de Educação Pré - Escolar - OMEP-BR-SC: Elaine Paes e Lima. Também estiveram presentes: Greicy Kelly Bittencourt da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE, Tamiris Espíndola do Centro Cultural Escrava Anastácia – CCEE, e os adolescentes do Comitê Nacional de Adolescentes na Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - CONAPETI: Erick da Silva Oliveira, Filipe Caetano e Lara Sandenberg Rosa. Justificativa de ausência: ACCT, COMBEMTU, IPR, SST (alta demanda profissional). A Coordenadora Geral Elaine, declarou por aberta a plenária e passou a palavra para os adolescentes do CONAPETI: Erick, Filipe e Lara que apresentaram um breve histórico sobre a atuação destes neste comitê nacional, destacando que um dos objetivos é criar comitês estaduais e municipais nos Estados, bem como os CPAs – Comitê de Participação de Adolescentes nestas mesmas esferas, para empoderar as crianças e os adolescentes nas discussões e proposições das políticas públicas direcionadas aos mesmos. A Conselheira Elaine ressaltou que o Conselho Estadual conta com a participação dos Adolescentes no Conselho, sendo os mesmos eleitos em Assembleia do FÓRUM Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em 27 de abril de 2017, efetivando o protagonismo infantojuvenil. Ressaltou que, considerando “protagonismo infantojuvenil”, o CEDCA/SC instituiu um Grupo de Trabalho composto pelas Conselheiras: Elaine, Silvana e Lizandra, com assessoria de Guilherme Cechelero (cientista social, educador e empreendedor social, que começou sua caminhada na defesa dos direitos da criança e do adolescente ainda em sua adolescência, fundador do Instituto Fala



44 Guri, uma ONG que teve a sua atuação por doze anos na defesa dos direitos da  
45 criança e do adolescente, em especial na área das medidas socioeducativas e  
46 atualmente coordena a CEK8 Formações, onde realiza palestras e formações  
47 para profissionais da área da educação, saúde, assistência social e segurança  
48 pública sobre a política da criança e do adolescente, além de realizar trabalhos  
49 diretamente com adolescentes e famílias. Este projeto vem oportunizar, articular  
50 e mobilizar os adolescentes para as discussões das políticas públicas. Ressaltou a  
51 Coordenadora Geral que este Conselho Estadual está muito comprometido com  
52 a questão do protagonismo juvenil. Informou ainda que a adolescente Victória  
53 representa o CEDCA/SC no GT do CONANDA e que, para a elaboração dos  
54 planos decenais, a empresa Painel realizou uma pesquisa com os adolescentes de  
55 nosso Estado evidenciando o perfil destes em Santa Catarina. A Conselheira  
56 Viviane solicitou apoio do CEDCA na elaboração de um termo de compromisso  
57 para que candidatos votem pelos direitos das crianças e dos adolescentes e  
58 solicitar as assinaturas dos mesmos. Dando continuidade, a coordenadora  
59 colocou a pauta em votação, sendo aprovada por unanimidade. A ata de junho  
60 não foi colocada em votação, pois não houve manifestação dos Conselheiros (as),  
61 sendo que a redação das atas deve ser o mais fidedigna possível no relato das  
62 discussões e deliberações, destacando-se a temática sobre o ‘acolhimento  
63 institucional’ que está sendo discutido no Grupo de Trabalho - GT da FECAM,  
64 composto por representantes do MPSC, FECAM, TJSC, SST, CEDCA e  
65 Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da ALESC, entre  
66 outros, no qual a Conselheira Rosely Steil representa este Conselho Estadual, e  
67 que a plenária deverá votar a redação do documento que está em discussão.  
68 Dona Elaine relembra sobre o Projeto de Lei PL./0367.7/2015 do Deputado João  
69 Amim que trata de “família acolhedora” que coloca como um importante  
70 documento para anexar à discussão junto ao GT, junto a uma instituição de  
71 Braço do Norte que atua com abrigo institucional e à Assistente Social Paula de  
72 Rio do Sul na reunião da Comissão Intersetorial do mês de agosto, reafirmando  
73 que nenhum documento pode ferir a lei maior. A Conselheira Rosely informou  
74 que o GT pretendia divulgar o documento que está em discussão, com o nome  
75 do CEDCA, mas esta não permitiu, pois nenhum documento pode ser divulgado  
76 em nome do Conselho sem passar pela aprovação da plenária. Enfatizou ainda  
77 sobre a importância de este documento ser analisado por assistentes sociais e  
78 outros especialistas que atuam nesta área, para que não sirva de moeda de troca  
79 de gestores municipais. A Conselheira Elaine informou que a FECAM consultou  
80 ao CEDCA e ao CONANDA sobre a possibilidade de utilizar recurso do FIA  
81 para custear este programa de acolhimento institucional e ambos responderam  
82 que, considerando que é uma Política Pública, este programa é de competência  
83 do poder público, sendo assim não poderá ser financiado pelo Fundo da Infância  
84 e Adolescência. Na oportunidade ressaltou ainda sobre o risco de  
85 institucionalizar a família, quando é dever do poder público garantir essa ação.  
86 Como deliberação, encaminhou-se para a discussão junto a Comissão



87 Intersetorial, a se reunir no mês agosto, quando este Conselho realizará uma  
88 Roda de Conversa para tratar do tema com a participação de Instituições  
89 convidadas, que atuam efetivamente com o acolhimento institucional,  
90 contribuindo para que o Conselho possa tomar sua posição com seriedade e  
91 compromisso, e posterior faça o encaminhamento sobre o documento que está  
92 em discussão no GT da FECAM. A coordenadora solicitou que os novos  
93 conselheiros se apresentassem: Danyelle da SCC, Antonio Brito da SSP/PC,  
94 Tamiris do CCEA, bem como a representante da FCEE que também se faz  
95 presente nesta plenária objetivando a discussão efetiva da política de inclusão  
96 para crianças e adolescentes com deficiência neste conselho, sendo assim,  
97 necessária a presença desta fundação como suplente da SED. Momento da  
98 Comissão Intersetorial: relato dos Conselheiros Estaduais que participaram das  
99 rodas de conversa promovidas pelo CEDCA através desta comissão, que  
100 aconteceram durante todo o dia 18/07 sobre a Política de Inclusão (Fundação  
101 Catarinense de Educação Especial – FCEE, representada por: Greicy Kelly  
102 Bittencourt, Maria Stela Lopes de Simas Sumiensi e Sérgio Otavio Bossetti) e  
103 na manhã do dia 19/07 sobre a aprendizagem profissional, os quais todos foram  
104 unânimes em falar positivamente destes momentos, citando: Tamiris:  
105 importância dos dados apresentados como indicadores para ações efetivas e  
106 apóia atividades no contraturno para crianças e adolescentes em espaços de  
107 cultura e lazer que diminuem drasticamente a utilização de drogas, através do  
108 viés da aprendizagem. Jaime: riquezas de dados significativos para inclusão  
109 apresentados pela FCEE e que sugere que sejam divulgados nos municípios para  
110 ações efetivas. Odete: falas de pessoas com notório saber, que apresentaram  
111 dados com propriedade, resultado de vivências e experiências na área,  
112 importância dos indicadores para listarmos ações factíveis de serem efetivadas.  
113 Karina: parabenizou o CEDCA sobre a iniciativa de convidar pessoas da FCEE  
114 que atuam diretamente com a temática da inclusão, apontando indicadores reais  
115 para a inclusão, com um olhar diferenciado. Rosely: quando se fala em  
116 acessibilidade, pensamos apenas em rampas e barras, mas a apresentação dos  
117 representantes da FCEE mostrou que a inclusão vai muito além dessas barreiras  
118 físicas, mostrou que tudo depende da concepção de todos os envolvidos.  
119 Danyelle: informou que já advogou na área da família e percebeu que o que está  
120 disposto no ECA (direitos e deveres) não é a realidade que foi apresentada,  
121 destacado as peculiaridades regionais e municipais para a efetivação real da  
122 inclusão. Mariana: destacou sobre a importância de monitorar o jovem aprendiz  
123 para saber sobre sua adequação ou não, na atividade em que está inserido. A  
124 Conselheira Elaine sugeriu para a reunião da comissão intersetorial de agosto, a  
125 realização de um seminário interno para tratar sobre o Trabalho Infantil,  
126 convidando a Juíza do MPT/SC, que é a Coordenadora do programa de  
127 aprendizagem em nosso Estado, junto a doutora no tema trabalho infantil da  
128 UFSC, Professora Soraya Franzoni Conde, objetivando discutir essas duas  
129 questões cruciais: trabalho infantil e programa de aprendizagem, bem como



130 reforçar os estudos sobre a proposta do protagonismo juvenil, que já foi  
131 aprovada por esta plenária. Coloca como um desafio, sentar com Ministério  
132 Público do Trabalho – Justiça do Trabalho e Centro de Apoio Operacional para  
133 Infância e Adolescência: MPT/TJSC/CIJ/MPSC, num mesmo grupo com  
134 CEDCA e SST – Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e  
135 Habitação. Esta proposição foi aprovada pela plenária. Dando sequência à  
136 plenária, os Conselheiros (as) Estaduais deram seu relato sobre a participação  
137 deste do IIIº Encontro de Formação dos Multiplicadores do SIPIA CT que  
138 aconteceu no dias 07, 08 e 09 de agosto, no Hotel Morro das Pedras, em  
139 Florianópolis, com a participação também de representantes regionais da ACCT  
140 e dos Fóruns Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, além dos  
141 multiplicadores regionais. Os (as) conselheiros (as) foram unânimes em destacar  
142 sobre o diferencial desta etapa, devido à participação de novos integrantes para o  
143 fortalecimento na articulação e organização dos Encontros Mesorregionais, que  
144 serão realizados em VIII Pólos, nos quais a sociedade civil ampliará as  
145 discussões sobre o seu papel e sua intervenção nos CMDCA's. Ressaltou - se as  
146 discussões sobre o papel dos Multiplicadores Regionais, dos Conselheiros  
147 Municipais de Direito (sociedade civil), dos Conselheiros Tutelares e a  
148 interlocução entre os pares, na ampliação e o aprofundamento dos Conselheiros  
149 Tutelares, para utilização do Sistema Para Infância e Adolescência – SIPIA CT.  
150 A Conselheira Elaine destacou as ações do CEDCA, através da Escola de  
151 Conselhos e do Comitê Gestor do SIPIA CT, bem como da Comissão  
152 Intersetorial e demais comissões: Edital de Fomento para OSCs que atuam no  
153 Sistema Socioeducativo, a Formação dos Multiplicadores Regionais do SIPIA  
154 CT, primeira etapa da Escola de Conselhos (elaboração dos materiais de estudo),  
155 Elaboração da Política e dos Planos Decenais, projeto do Protagonismo Juvenil,  
156 priorizando agora os oito Encontros Mesorregionais de Formação Sobre o SIPIA  
157 CT, iniciando pelo oeste do Estado, já no mês de setembro. Nada mais havendo  
158 a tratar, eu Lidia Vargas Peixer, Secretária Executiva, lavrei esta que será  
159 aprovada e assinada em plenária posterior.

160